

# Emendas do Planalto alteram todo o anteprojeto

São mais de cem propostas de deputados governistas: mudam o regime, anistia e estabilidade

REJANE DE OLIVEIRA  
Da Editoria de Política

Comandado pelo líder Carlos Sant'Anna, um grupo de deputados ligados ao Governo apresentou ontem, nas últimas horas da noite, um conjunto de cerca de 100 emendas alterando praticamente todos os dispositivos do anteprojeto constitucional. As 20h, faltando apenas quatro para o encerramento do prazo regimental, a secretaria da Comissão de Sistematização já havia etiquetado 2.700 emendas e a fila para apresentação de propostas, àquela altura com 60 pessoas, não parava de crescer.

Com a permissão de emendas de adequação, o líder decidiu liberar o seu grupo para apresentar todo tipo de proposta. Cada ponto que se pretendia alterar foi objeto de pelo menos três emendas: uma supressiva e duas modificativas, sendo cada qual em um sentido diverso. O objetivo do Governo é armar-se de trunfos para negociar no momento das votações, quando o Planalto deverá

utilizar a maioria que têm para assegurar seus interesses na Constituinte.

A lista de interesses do Governo é longa e atinge quase todo o projeto Bernardo Cabral. O ponto principal, contudo, diz respeito ao sistema de governo: foram apresentadas diversas emendas com o objetivo de restabelecer o papel do Presidente da República como chefe do Governo e do Estado. Pela proposta constitucional, ele é limitado à direção do Estado.

Nos termos das emendas inspiradas pelo Planalto, o primeiro-ministro será apenas um auxiliar do Presidente da República. Este terá poderes para exonerá-lo a qualquer momento e indicar livremente os demais ministros.

Outro ponto importante, objeto de emenda do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), foi a anistia aos cassados do regime de 64. A proposta do parlamentar pernambucano elimina a possibilidade de reintegração dos militares afastados em seus antigos postos.

A estabilidade dos trabalhadores que, como a anistia plena os ministros mili-

tares declarão não aceitar, também foi atingida pelas emendas governistas. Elas mantêm o princípio na Constituição, mas transferem para a legislação ordinária todos os detalhes práticos a respeito do assunto.

Entre as 100 emendas, foi incluída uma que retira da Carta Magna os dispositivos referentes à redivisão territorial. O Governo prefere que o assunto seja definido por uma comissão específica e fora do texto constitucional — os novos Estados previstos no anteprojeto constitucional são considerados inviáveis pelos ministérios da área econômica.

Até mesmo questões relativas à saúde foram tratadas nas emendas inspiradas pelo Planalto. Neste tema, o líder Carlos Sant'Anna teria utilizado até um deputado do PT, o paulista Eduardo Jorge.

Os demais subscritores de emendas simpáticas ao Governo são os seguintes: Marcos Lima, Sérgio Werneck, Carlos Mosconi, Raimundo Rezende, Sarney Filho, Albérico Filho, Nyder Barbosa, Ubiratan Aguiar, Luiz Henrique e Prisco Viana.

FOTOS: EUGENIO NOVAES



Miguel Reale Júnior, Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães discutem o regimento. Funcionários da Sistematização empilham emendas

## Sarney diz que o anteprojeto não tem unidade

Rio Branco — O presidente Sarney confirmou ontem não estar satisfeito com o anteprojeto de Constituição resultante da compatibilização dos relatórios das comissões temáticas.

— O sr. gostou do anteprojeto? — foi lhe perguntado.

— Estou vendo que a Constituinte está fazendo

do um grande esforço mas não estaria sendo sincero se não dissesse que o projeto que foi apresentado é bastante imperfeito e não tem unidade.

— O sr. vai apresentar algum projeto alternativo?

— Eu não sou constituinte, foi a resposta do Presidente, com leve ironia.

## No dia 13, Cabral já terá o novo projeto

A partir de hoje começa uma nova etapa nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com o início do prazo de cinco dias para que o relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral elabore um novo projeto de Constituição, com o parecer sobre as mais de três mil emendas encaminhadas pelos constituintes à Comissão. Por volta de 14 horas Cabral retorna ao seu gabinete no Prodases — Centro de Processamento de Dados do Senado — para, com a ajuda de uma equipe de assessores técnicos, começar o trabalho de separação e classificação das emendas apresentadas até as 24 horas de ontem.

Cabral explicou que a maior parte dessas emendas vai ser preliminarmente rejeitada pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos. E que a rejeição se deverá ao fato de que grande quantidade de emendas procura entrar no mérito do anteprojeto. "Nesta fase — explicou — não são perfeitadas as emendas de mérito, mas somente as de adequação".

Destas vez não haverá a disputa entre o grupo de relatores adjuntos e auxiliares, que não foram convocados por Bernardo Cabral para atuar em análise das emendas. Apenas um representante de cada grupo estará em ação. Representando os relatores auxiliares, foi chamado o deputado Adolpho

de Oliveira (PL/RJ), e os adjuntos — Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Ignácio Ferreira — serão representados pelo deputado Nelson Jobim (PMDB/RS).

Além dos deputados, foi convocado o jurista Miguel Reale Júnior, consultor pessoal do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele, porém, só se integra à equipe a partir de amanhã. De acordo com o cronograma, que até agora vem sendo cumprido, o relator Bernardo Cabral terá até a próxima terça-feira para apresentar à Comissão de Sistematização, um novo projeto de Constituição, já devidamente emendado. Já na sexta-feira, dia 10, a Comissão de Sistematização terá de concluir a votação do projeto com as emendas, para que no dia 15, a redação final do projeto seja encaminhada pela primeira vez ao plenário da Constituinte.

O QUE O PLANALTO QUER MUDAR	
1	O Presidente da República recupera a chefia do Governo, acumulando-a com a do Estado.
2	O primeiro-ministro é apenas um auxiliar, que pode ser exonerado pelo Presidente apenas ouvindo o Conselho da República.
3	Cai a possibilidade de reintegração dos militares cassados.
4	A estabilidade dos trabalhadores permanece apenas como princípio na Constituição; os detalhes práticos são transferidos para a lei complementar.
5	A redivisão territorial também sai da Constituição. Será definida posteriormente por uma comissão específica.

## Brossard também dá contribuição

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, confirmou ontem, que apresentará um trabalho como contribuição ao projeto da nova Constituição, disse que não se trata de uma proposta, mas de um "exame do trabalho apresentado como anteprojeto e de uma contribuição".

No seu entendimento, "todas as pessoas que estiverem em condições de fazer uma contribuição, devem fazê-lo, porque a Constituição é a mais importante das leis do País, e toda contribuição útil deve ser bem-recebida".

— Importa saber do acerto, da procedência e da sabedoria. Esta ideia de que "não se toque" não me parece acertada, por que parece que o projeto apresentado não satisfaz a ninguém, disse.

O Ministro observou, também, que "nestes cinco meses de trabalho, poderia ter havido ganhos, poderíamos estar mais adiantados". Contudo, disse, "não considero uma calamidade, porque este trabalho apresentado pelos constituintes é meramente uma face e não é um dano irreparável".



Brossard: sugestões

## Sistematização só aceita as emendas "de adequação"

"Vencemos esta parada". Este desabafo foi feito ontem ao deputado Francisco Benjamin (PFL-BA) demonstrava a satisfação do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), ao receber a comunicação de que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apoiara a decisão unânime de todos os líderes de partidos de preservar o Regimento, não permitindo a apresentação de emendas de mérito nesta fase de trabalhos da Assembleia, mas só as de adequação.

A decisão, tomada em uma reunião do presidente Ulysses Guimarães com o relator Bernardo Cabral e todos os líderes de partidos na Constituinte, foi comunicada ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, através de um ofício formal. O regimento será

cumprido rigorosamente no sentido de só serem acatadas emendas de adequação. As de mérito serão simplesmente ignoradas e indeferidas pelo presidente Afonso Arinos.

— As emendas de mérito não serão aceitas. Substitutos então, nem pensar — exultava Bernardo Cabral afirmando que todas as decisões da reunião lhe haviam sido favoráveis.

O próprio presidente Ulysses Guimarães, que defendia anteriormente a apresentação de emendas de mérito para o capítulo da Família — que não teve relatório aprovado na comissão temática — vacilou diante da decisão dos líderes e Bernardo Cabral, que votaram pela rejeição de substitutos e pela soberania do regimento da Constituinte. Só 40 minutos após o término da reunião, telefo-

nou a Cabral comunicando que havia reconsiderado, apoiando a decisão dos líderes.

### IMPOSIÇÃO, NÃO

A informação de que também o ministro da Justiça, Paulo Brossard, a pedido do presidente José Sarney, estaria preparando emendas modificativas ao capítulo da Defesa do Estado, para encaminhá-las à Comissão de Sistematização, foi recebida com desconfiança pelo relator Bernardo Cabral. Ao ministro, e a outros representantes do Governo que pretendam interferir no curso dos trabalhos da Constituinte, o relator da Sistematização mandou um recado: "As propostas que forem encaminhadas serão aceitas. Mas se vierem como imposição, não vou nem receber".

## Relator diz que vai cumprir o regimento

A Comissão de Sistematização realizou sua última reunião plenária desta semana ontem de manhã, mas por falta de quorum não chegaram a ser apreciados os novos critérios que os constituintes deveriam observar para a apresentação de emendas ao anteprojeto da Constituição. Assim segundo o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), prevalecem os critérios definidos no regimento da Constituinte, que não prevê a apresentação de emendas que alterem o mérito dos artigos do anteprojeto.

— Eu me curvo ao regimento — garantiu Cabral. Segundo ele, no entanto, a competência para aceitar ou rejeitar emendas é do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ). "Se ele indeferir as emendas de mérito e só encaminhar ao relator as de adequação, não haverá qualquer dúvida. Mas se o senador Afonso Arinos encaminhar emendas que sejam de mérito, no caso da Comissão da Família, caberá a mim examiná-las devida-

mente", observou. Bernardo Cabral, entretanto, afirmou que pessoalmente é contrário a apresentação de emendas de mérito ao texto da Comissão da Família, elaborado por ele. "Se todas as outras comissões votaram suas matérias e essa não, o regimento determinava que o anteprojeto fosse por mim elaborado. Assim, não vejo motivo para permitir emendas de mérito". Para o relator, caso sejam aceitas emendas assim, no caso da Comissão da Família, "deveríamos aceitar em todas as outras comissões". Bernardo Cabral recomendou aos deputados e senadores que estiverem descontentes com o texto atual que aguardem a fase de emendas em plenário.

— Agora devem ser apresentadas apenas emendas quando os constituintes julgarem que o relator não fez uma boa compatibilização dos textos das comissões temáticas. Ou seja, se havia duas ideias sobre um mesmo tema e o relator optou por uma, a emenda pode ser apresentada no sentido de que a outra seja adotada.

## Saraiva quer transmitir as votações

O senador Iram Saraiva (PMDB-GO) apresentou projeto de decisão tornando obrigatória a transmissão, por emissoras de televisão e de rádio, de todas as votações nominais realizadas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. A proposta, que recebeu a assinatura de outros 113 parlamentares, visa, segundo Saraiva, "permitir uma divulgação detalhada da atuação dos constituintes, o que facilitará a fiscalização que está sendo elaborada pelo consultor-geral da República por ordem do Presidente. O PFL, observou, "não quer comer mais prato feito".

Lourenço condenou a tentativa do PMDB, através do senador José Richa (PR), de suspender o funcionamento da Assembleia Constituinte a pretexto de examinar a conjuntura nacional. Para ele, evitar que a Constituinte cumpra seu dever é prejudicial ao processo de transição democrática.

## Maciel faz restrições

"Recio que a proposta de Constituição que está aí não nos levará a tessitura de uma Constituinte que seja aquilo que o povo brasileiro espera. Uma proposta com mais de dois mil preceitos não pode ser duradoura". Assim, o presidente do PFL, Marco Maciel manifestou sua preocupação com relação aos trabalhos da Constituinte, ontem, após audiência com o Presidente José Sarney.

Marco Maciel disse que "o Poder Civil deve demonstrar à Nação que tem condições de governar o País. E para isso deve, no mínimo, fazer uma boa Constituição". Segundo disse, Sarney está muito preocupado com a falta de um projeto constitucional, cinco meses após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

### COMPILAÇÃO

E, na opinião do presi-

## Wolfgang vê retrocesso

"O Brasil se arrisca a entrar na contra-mão da História", advertiu o presidente da Volkswagen do Brasil e da Autolatina, Wolfgang Sauer, ao falar durante a posse do novo presidente da Associação Nacional de Distribuidores Volkswagen, Amaury Amorim. Para Sauer, o anteprojeto de Constituição representa um retrocesso em termos econômicos.

Tanto a União Soviética quanto a China estão abrindo a sua economia, procurando liberalizá-la e freando a concentração da iniciativa econômica no Estado, lembrou Sauer. Jáo Brasil, disse ele, está fazendo justamente o contrário, em um processo que só se aceleraria, caso o anteprojeto surgido das Comissões Temáticas viesse a ser aprovado.

### DEMISSÕES

A Constituinte pode levar ao desemprego imediato nada menos que 800 mil trabalhadores, principalmente mulheres. Esta é a acusação que fazem sindi-

calistas que representam empregados em empresas de asseio e conservação, que estiveram em Brasília nos últimos dias para convencer os constituintes sobre a inconveniência da proposta de proibição total da locação de mão-de-obra, incorporada ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, depois de aprovada na Subcomissão e na Comissão Temática pertinente. Os sindicalistas são vinculados ao Secretariado Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação.

Segundo dados dos sindicalistas, os trabalhadores de empresas de asseio e conservação são, hoje, no Brasil, cerca de 1,3 milhão, 800 mil servindo a órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Estes trabalhadores "constituem a base da periferia social, originários geralmente do campo e sem qualquer especialização que lhes permita outra opção de trabalho, uma vez extintas as empresas em que estão empregados".

## PFL quer opinar sobre novo texto

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), advertiu ontem que a bancada apoia o Presidente José Sarney, mas isto não significa que aprovará o projeto constitucional que está sendo elaborado pelo consultor-geral da República por ordem do Presidente. O PFL, observou, "não quer comer mais prato feito".

Lourenço condenou a tentativa do PMDB, através do senador José Richa (PR), de suspender o funcionamento da Assembleia Constituinte a pretexto de examinar a conjuntura nacional. Para ele, evitar que a Constituinte cumpra seu dever é prejudicial ao processo de transição democrática.

PARLAMENTARISMO  
Várias das posições adotadas pelo Governo, como

as restrições ao sistema parlamentarista e à reintegração dos anistiados nas Forças Armadas, tem sido defendidas por Lourenço. A seu ver, a maioria da bancada, no mínimo 80%, tem a mesma posição. Com o que Lourenço não concorda é que o partido receba um projeto para aprovar, seja ou não redigido pelo consultor-geral.

Entende o líder que o PFL tem de ser convocado pela Presidência da República para exame do quadro nacional e do anteprojeto constitucional que, reconhece, está aquém dos anseios nacionais. O PFL tem posições definidas, dentro do pensamento liberal democrático, e não pode simplesmente receber ordens do Planalto. "Nós não comeremos mais prato feito" — comentou.

## OS PRAZOS NA SISTEMATIZAÇÃO

3/7 (Sexta-feira) — Início do prazo de cinco dias para o relator apresentar na Comissão de Sistematização um novo projeto de Constituição, já com o parecer sobre as emendas.

7/7 (Terça-feira) — O relator tem até as 24 horas para apresentar à Comissão de Sistematização o parecer sobre as emendas acatadas ao primeiro projeto de Constituição.

8/7 (Quarta-feira) — Distribuição de avulsos para os constituintes.

9/7 (Quinta-feira) — Início da discussão sobre o projeto apresentado na Comissão de Sistematização.

10/7 (Sexta-feira) — Votação

do projeto com as emendas na Sistematização.

11/7 (Sábado) — Publicação e distribuição de avulsos para redação final e início do prazo de três dias para o relator apresentar novo parecer.

13/7 (Segunda-feira) — Até às 24 horas, apresentação da redação final para distribuição de novos avulsos.

14/7 (Terça-feira) — Discussão e redação final do primeiro projeto de Constituição.

15/7 (Quarta-feira) — Votação da redação final e encaminhamento do Projeto ao plenário da Constituinte, para discussão e votação durante 40 dias, até 28 de agosto.